

# NÍVEL EMPREENDEDOR E MOTIVAÇÕES PARA A PERMANÊNCIA NA INFORMALIDADE: PERCEPÇÃO DE TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA - TCP DO CAMELÓDROMO DE PORTO VELHO-RO

Antônio Aguiar de Sousa Filho

Eber Aguiar da Silva

Levi Brito Costa

Orientador: Prof. Me. Jean Marcos da Silva

## Resumo

O processo de reestruturação que atinge todos os setores da economia tem um caráter inovador, contudo nem todos os trabalhadores conseguem ser abrangidos pelo mercado de trabalho assalariado e passam a trabalhar por conta própria. Os Trabalhadores por Conta Própria - TPCs, consoante à sua necessidade de aquisição de recursos para o sustento, passam a migrar para outras modalidades de trabalho, utilizando métodos inovadores como alternativas para o desemprego, sendo o empreendedorismo uma opção. Contudo, não é sempre que este processo está inserido em uma perspectiva legal ou formal. A presente pesquisa tem como objetivo identificar as motivações para informalidade considerando o nível empreendedor dos Trabalhadores por Conta Própria – TCPs do Camelódromo de Porto Velho-RO, a partir da percepção destes TCPs. Para atingir o objetivo da pesquisa, foi realizada entrevista no Camelódromo de Porto Velho, o qual conta com 55 estabelecimentos. A pesquisa consiste na análise das seguintes dimensões: Nível de Empreendedorismo do Camelódromo, com base no modelo de Ernst e Young, Trabalhador por Conta Própria – TCP, com base nos estudos de Prandi (1978) e aptidão à figura jurídica do Micro Empreendedor Individual – MEI, através da Lei Complementar 128/08, como forma de legalização. Posteriormente, os entrevistados foram submetidos às questões com o intuito de verificar, na percepção dos TCPs Informais, as motivações para a permanência na informalidade. Os resultados demonstraram um grau de empreendedorismo de 78,77, o qual é interpretado através dos estudos de Sanches *et al.* (2011) como um grau de concordância do fator moderado. Verificou-se ainda que dos 55 entrevistados, 52 atendem aos critérios para serem considerados TCPs. Dos 55 entrevistados, 21 já eram formalizados e 34 ainda se mantinham na informalidade e que dos informais 30 atendiam aos critérios para se legalizar através da figura jurídica do Micro Empreendedor Individual - MEI. Os resultados demonstraram que o principal fator que motiva os TCPs do Camelódromo a se manter na informalidade é o desconhecimento acerca das facilidades e acessibilidade por meio da legislação vigente, programas de governo e órgãos de apoio. Conclui-se que os TCPs informais desconhecem as facilidades e benefícios da legalidade, havendo então a necessidade de ampliação da divulgação por parte do Governo.

**Palavras-chave:** Empreendedorismo. Trabalhadores por Conta Própria – TCP. Informalidade. Camelódromo de Porto Velho – RO.

## 1 INTRODUÇÃO

O processo de evolução tecnológica tem obrigado as empresas a reformular seus sistemas produtivos para se adequar ao mercado competitivo. As mudanças exigidas pelo novo cenário econômico têm atingindo de forma acelerada o perfil da força de trabalho, impondo a necessidade de adaptação ao novo mercado competitivo. O processo de reestruturação que atinge todos os setores da economia tem um caráter inovador, mas por outro lado os trabalhadores que não conseguem acompanhar as exigências do processo não encontram oportunidades como assalariados nas empresas. Frente aos desafios encontrados no cenário, os trabalhadores têm encontrado dificuldades crescentes em sua entrada e permanência no mercado de trabalho assalariado.

Diante do desafio imposto pela necessidade da manutenção da subsistência por parte dos trabalhadores não abrangidos pelo mercado de trabalho, a arte de empreender tem obtido espaço. O empreendedorismo é um fator responsável pelo crescimento econômico, considerando que em virtude da necessidade de inovar, os seus agentes encontram formas criativas para a geração da renda necessária para a sobrevivência, o que implica ainda em um desenvolvimento econômico da região, tendo em vista que os recursos obtidos pelo empreendedor podem ser injetados na economia local e sua formalização além de garantir a inserção social e legal do agente, ainda gera o pagamento de tributos necessários para custear as atividades.

A arte de empreender, contudo, não influencia apenas em caráter individual. Empreender também atua junto ao desenvolvimento regional, tendo em vista que a ideia de sustentabilidade é um fator intrínseco da atividade.

Segundo a Global Entrepreneurship Monitor – GEM 2015, o Brasil é um dos países que mais empreende no mundo. Contudo tanto no Brasil quanto em outros países, esta afirmação é potencializada por um fenômeno peculiar, que é o fato de grande parte dos novos empreendimentos serem criados por necessidade. Diversos são os fatores que contribuem para a necessidade. Entre os principais, está o fato de que os novos empreendedores, criadores do novo negócio, já não possuem a antiga ocupação e renda, necessitando então do seu sustento por meio de outra atividade. Essa necessidade, em geral, é causada por elementos como a demissão do antigo emprego, fechamento da empresa ou aposentadoria compulsória.

Os trabalhadores não abarcados pelo mercado de trabalho, consoante à sua necessidade de aquisição de recursos para o sustento, passam a migrar para modalidades informais de aquisição de renda. Adentrando na informalidade, passam a ser vítimas da precarização, tendo em vista que não conseguem vender sua força de trabalho, não podendo contar com uma remuneração fixa no final do mês, onde lutam rotineiramente, entregando-se ao subemprego, sendo forçados a desenvolver os mais incomuns meios, visando assegurar o seu sustento, o que na maioria dos casos não contempla o nível esperado de inserção econômica e social.

Neste contexto, atividades informais e atípicas, em que se destacam o trabalho por conta própria, passam a ser a alternativa encontrada para a aquisição de recursos necessários à subsistência desses trabalhadores. Segundo Prandi (1978), o perfil do trabalho por conta própria, no desempenho de tarefas, depende quase que exclusivamente da utilização da força de trabalho própria, onde se alia, na maioria dos casos, ao uso da força de trabalho de membros da família, necessitando de baixa ou quase nula capitalização.

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE define que o número de empreendimentos vem aumentando exponencialmente a cada ano, onde a figura do trabalhador por conta própria tem sido o candidato a assumir o perfil da formalidade.

O aumento da migração das pessoas que possuíam renda fixa e atuavam na formalidade para a informalidade é negativo pois, visto que não há recolhimento de tributos, há impacto significativo na arrecadação. Contudo pondera-se que parte dos trabalhadores por conta própria não atuam na informalidade, havendo aqueles que já assumiram a figura do Micro Empreendedor Individual (MEI).

A Lei Complementar 128/2008 institui a figura jurídica do Micro Empreendedor Individual –MEI (BRASIL, 2008), cujo dispositivo legal visa diminuir o número de empreendedores que se encontram na informalidade, apresentando para isso benefícios e facilidades em relação à abertura e manutenção de negócios, além de pequenos custos para manter a legalização.

Trabalhadores que possuem a singularidade de obter os recursos necessários à sua subsistência por meio do trabalhador por conta própria, como é o caso do Camelô, constituem o sujeito desta pesquisa, os quais estão inseridos nos mais diversos espaços, tendo em vista que a

exposição de suas mercadorias em pontos estratégicos e de grande fluxo de pessoas é um ponto estratégico.

Porto Velho-RO, sendo a capital do Estado de Rondônia e Município mais populoso, com uma economia configurada através de diversas atividades, abrange a comercialização de produtos como parte desse processo econômico, sendo a localidade denominada Camelódromo de Porto Velho, que existe há aproximadamente 18 anos, criada após a abertura das Ruas Barão do Rio Branco e Rua José Bonifácio localizadas na região central da capital, por força do comércio, configura-se como um potencial centro econômico para o desenvolvimento da atividade empreendedora.

O Camelódromo de Porto Velho é um centro econômico onde são comercializados diversos artigos eletrônicos, roupas e objetos de decoração, sendo um local propício ao desenvolvimento da atividade empreendedora, tendo em vista que o local possui mais de 50 estabelecimentos e seus trabalhadores desenvolvem suas atividades na localidade há mais de 10 anos.

Neste sentido, a pesquisa busca identificar as motivações para a informalidade considerando o nível empreendedor dos Trabalhadores por Conta Própria – TCPs do Camelódromo de Porto Velho – RO, a partir da percepção deste TCPS, analisando ainda a categoria de trabalho que melhor se enquadra com os trabalhadores daquela região, a quantidade trabalhadores formalizados e informalidade e finalmente explorar quais as motivações para a manutenção do estado informal.

Sendo assim, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: quais são as motivações para a informalidade considerando o nível empreendedor dos Trabalhadores por Conta Própria – TCPs do Camelódromo de Porto Velho-RO, a partir da percepção destes TCPs?

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Dolabela (1999), Fillion (1999) e Dornelas (2001), como os autores mais produtivos tangente ao tema empreendedorismo, destacam as qualidades de iniciativa e inovação, as quais são intrínsecas dos empreendedores que são agentes de inovação e mudam a realidade em que estão inseridos.

Os Trabalhadores por Conta Própria - TPCs, estudados por Prandi e Lorena são agentes que não foram abrangidos pelo mercado de trabalho assalariado e necessitaram encontrar outros meios para garantir os recursos necessários para a sua subsistência. Os TPCs são trabalhadores que possuem uma única fonte de renda e adentram nessa modalidade por força da necessidade. Considerando as características dos TPCs a figura jurídica do Micro Empreendedor Individual é a que mais se adequa a sua realidade, onde o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas – SEBRAE afirma que quase a totalidade dos MEIs que existem atualmente já foram TCPs no passado.

O Governo Federal, através da Lei Complementar 128/08 instituiu a figura jurídica do Micro Empreendedor Individual – MEI, cuja figura busca criar meios para que os trabalhadores que preencham os requisitos adentrem a legalidade, proporcionando acessibilidade.

### **2.1 - EMPREENDEDORISMO**

O termo empreendedor nasceu no século XV, originado do latim “imprehendere”, sendo uma derivação da expressão “emprender”, onde a palavra foi inicialmente utilizada dentro da teoria econômica (Cantillon, 1988). A ação de empreender está intrinsecamente ligada a incerteza, sobretudo quanto a lucratividade, conforme demonstrou Cantillon (1988).

A expressão empreender contém as ideias de iniciativa e inovação, sendo o agente do empreendimento, conforme define Dolabela (1999), um insatisfeito que transforma seu inconformismo em descobertas e propostas positivas para si mesmo e para os outros.

Dolabela (1999) observa que o agente do empreendimento é o indivíduo que possui a habilidade de identificar uma visão projetada do seu negócio, permitindo que veja além dos limites da restrição de recursos, onde identifica as oportunidades que outros não seriam capazes de enxergar.

Filion (1991) afirma que um empreendedor possui a característica de imaginar, desenvolver e realizar suas visões. O empreendedor tem um importante papel tangente ao crescimento econômico e ao desenvolvimento social, tendo em vista que por meio da inovação, dinamiza a economia.

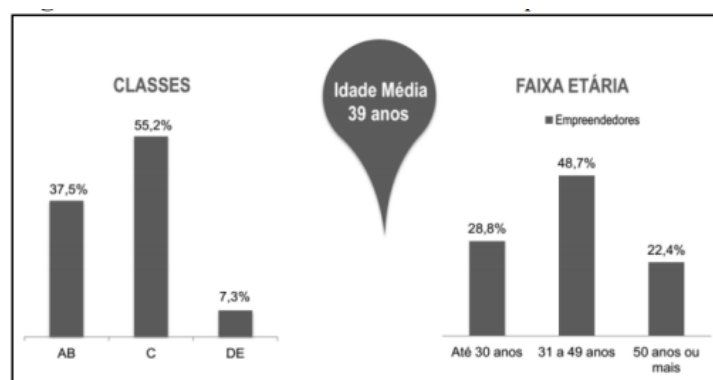
A arte de empreender transcende os limites empresariais, onde o empreendedor também pode ser o pesquisador, funcionário público, políticos e governantes que sigam caminhos não percorridos, acreditando que seus atos podem gerar consequências, transformando o inconformismo em descobertas e propostas positivas para si mesmo e para outros, conforme Dolabela (1999) descreve em sua obra.

As definições de Dolabela (1999) acerca do empreendedor corroboram com as de Ipiranga (2004), sendo enfatizado por ambos que o agente deve possuir a criatividade e a inovação como qualidade principal, considerando ainda que conseguem identificar oportunidades antes das outras pessoas. De acordo com Zampier e Takahashi (2011), são as demandas que geram empreendedores e:

Como não existe um único tipo de empreendedor, não é possível encerrá-lo em um modelo padrão. No entanto, Dornelas (2007) destaca vários tipos de empreendedores, entre eles: a) empreendedor nato (mitológico); b) aquele que aprende (inesperado); c) serial (cria novos negócios); d) corporativo; e) social; f) empreendedor por necessidade; g) herdeiro; e h) normal (planejado) (ZAMPIER E TAKAHASHI, 2011)

Ipiranga (2004) declara que o empreendedor deve possuir habilidades, considerando sua capacidade de direcionar seus esforços criativos para objetivos determinados e claros. Possuir força de vontade e fé, acreditando fervorosamente em sua habilidade de mudar as coisas e com perseverança buscando seus objetivos. Ser focado na geração de valor, buscando fazer as coisas da melhor forma possível, do modo mais rápido e com os menores custos e correr riscos quebrando regras preestabelecidas, arriscam e buscam formas diferentes de fazer as coisas. A Figura 1 é uma demonstração desta constatação em oposição à classe social onde o empreendedorismo aparece com mais frequência, evidenciando que a classe C é ponto preponderante, ao mesmo tempo que a faixa etária mais comum para a atuação como empreendedor está entre 31 a 49 anos, conforme preceitua Maria e Souza (2014)

**Figura 1.** Contraponto entre faixa etária e classe social de empreendedores



Fonte: Maria e Souza (2014)

Segundo Timmons (1994), o termo empreendedorismo é cercado de mitos por parte da sociedade, onde constantemente os agentes são categorizados como pessoas que nascem com o “DNA empreendedor”. Todavia, Dolabella (1999) considera que a experiência necessária para identificar e aproveitar uma oportunidade vem depois de dez anos de experiência, além da capacidade criativa necessitar de aprimoramento ao longo das diversas situações que o empreendedor enfrenta no âmbito de suas atividades rotineiras, tempo que conduz a um reconhecimento de padrões. O conhecimento empreendedor se faz por meio de acumulação de habilidades, experiência e contatos em um período de alguns anos.

Segundo Pinelli (2011), na realidade, não existe um “DNA” de empreendedorismo, mas há traços e experiências que tornam mais provável que um indivíduo possa vir a escolher o caminho do empreendedorismo e crucialmente, ter sucesso a longo prazo. O conjunto de comportamentos de gestão que caracterizam muitos empreendedores encontra-se ao longo de uma visão contida no modelo Ernst e Young.

## 2.2 O MODELO DE ERNST E YOUNG

Ernst e Young World é um programa que reconhece empreendimentos inovadores e de sucesso, analisando os comportamentos e atitudes inerentes ao empreendedor. Por mais variado e diversificado que seja o ramo do empreendedorismo, seus agentes possuem diversas características comuns, onde através da pesquisa realizada pelo programa foi desenvolvido um modelo que sintetiza as principais características dos empreendedores de sucesso.

**Figura 2.** Características de Pessoas Empreendedoras conforme Ernst e Young (2011)



**Fonte:** Ernst e Young (2011).

Com base no programa de Ernst e Young foi desenvolvido um modelo de características inerentes ao empreendedor, conforme Figura 2.

No núcleo do modelo acima estão as características de uma mentalidade propícia a enxergar oportunidades combinada com a atitude única para riscos e falhas. Isto é reforçado pela capacidade de enxergar e uma vontade de assumir riscos e de aproveitar oportunidades.

Ao redor do núcleo do modelo estão seis guias de ação que empreendedores vivem todos os dias: paixão, persistência, capacidade de trabalhar com uma equipe e ainda seguir seus próprios instintos, a criação de uma "cultura de sucesso", um olhar para nichos e lacunas e foco na construção de um ecossistema para apoiar o empreendimento.

Finalmente, o anel externo do modelo baseia-se em pesquisas anteriores onde são identificados os atributos detidos por empreendedores, sendo: visão, resiliência, trabalho em equipe, inovação, paixão, liderança, integridade, qualidade e foco no cliente.

Além dos estudos de Ernst e Young, outros autores, como Verás (1999), destacam as qualidades intrínsecas ao empreendedor, reconhecendo a iniciativa para aproveitar oportunidades e a capacidade para correr riscos como fundamentais na sua caracterização. A independência apresentada em Verás (1999) é, analogamente, o que Ernst e Young (2011) apontam como a construção de um ambiente formado por pessoas e conhecimento em que o empreendedor irá atuar.

Os empreendedores costumam apresentar diferentes níveis destas características, de modo a evidenciar indícios de exigência na qualidade, bem como necessidade de se adaptar aos cenários que atuam. As qualidades apontadas por Verás (1999) corroboram, em alguns aspectos, como os elementos do modelo do empreendedor apresentado por Ernst e Young (2011).

Uma das condições freqüentes para o desenvolvimento de tais características é o aperfeiçoamento de atividades profissionais a partir da iniciativa do próprio empreendedor diante do desafio imposto pela necessidade da manutenção de sua subsistência, tendo em vista que muitos empreendedores apresentam suas características diante da necessidade.

Os empreendedores por necessidade são trabalhadores não abrangidos pelo mercado de trabalho, sendo a arte de empreender por necessidade uma arma contra o desemprego, segundo Dolabela (1999). Prandi (1978) denomina estes trabalhadores que nasceram frente a necessidade de encarar os desafios impostos pela condição de desemprego como 'Trabalhador por Conta Própria-TCP'.

### **2.3 - TRABALHADOR POR CONTA PRÓPRIA – TCP**

Segundo Prandi (1978), o Trabalhador por Conta Própria - TCP existe no cenário econômico e social brasileiro desde tempos remotos, especialmente na economia urbana, ao lado de escravos, brancos pobres e negros libertos, em que permaneciam em torno das classes mais favorecidas, prestando serviços de baixa qualificação, rendimentos baixos e irregulares. Essas atividades garantiam, com pouca segurança e estabilidade, o sustento daqueles que viviam à margem dos quase inexistentes.

A categoria TCP nasceu como forma de enfrentar a precarização imposta pela concorrência do mercado de trabalho, posto que, como o grande contingente dos trabalhadores por conta própria encontra-se em condição de desemprego, acaba acatando as imposições capitalistas a fim de não ficar totalmente sem meios para adquirir sua subsistência (LORENA, 2013).

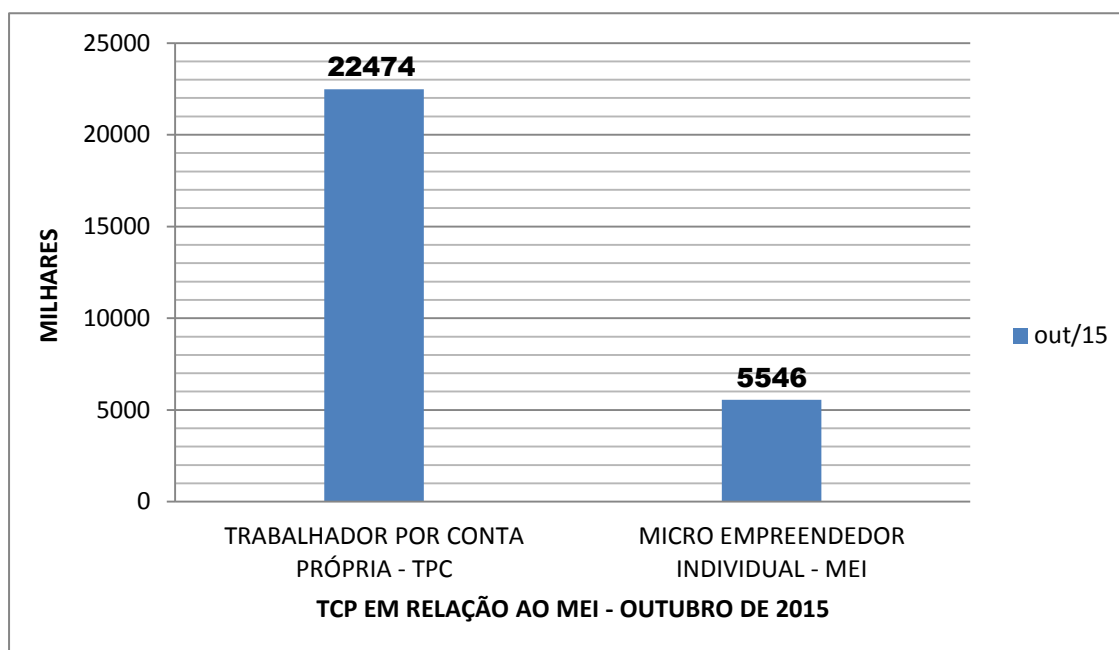
Com a industrialização do Brasil, o advento das novas tecnologias e o remodelamento da força de trabalho, o mercado foi incapaz de absorver toda a população do setor industrial. Lorena (2013) afirma que diante do contexto da não absorção de toda a mão de obra industrial, houve

um “inchaço” das cidades por parte dos migrantes não incorporada às atividades industriais, o que constituiu um excedente populacional, pesando negativamente nas possibilidades de modernização e desenvolvimento da sociedade brasileira. Não encontrando oportunidades de trabalho na indústria, esses migrantes se concentraram no setor de prestação de serviços, desvinculados das relações de assalariados.

O TCP reúne grande diversidade de trabalhadores para os quais o desempenho de tarefas, no âmbito da divisão social do trabalho, depende quase que exclusivamente do uso da força de trabalho própria. Conforme Prandi (1978), a força de trabalho se alia, muitas vezes, ao uso da força de trabalho de membros da família, necessitando de baixa ou quase nula capitalização. São os artesãos, os pequenos vendedores, notadamente os ambulantes, os ocupados em serviços pessoais e muitos outros conhecidos da paisagem das cidades brasileiras, pequenas e grandes.

O Governo Federal, com o advento da Lei Complementar nº 128/08 buscou tirar o grupo de trabalhadores desassistidos de políticas de inserção social e econômica da informalidade, apresentando condições acessíveis, conduzindo-os para o mundo da legalidade, aprimorando sua vida, dando cobertura previdenciária e proteção social por meio da criação da figura do Micro Empreendedor Individual – MEI (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2010 ).

**Gráfico 1:** Comparativo entre o número de TCP em relação ao MEI (2015)



**Fonte:** Sebrae a partir de dados da Receita Federal e PNAD Contínua- IBGE (2015).

O Gráfico 1 representa o número de trabalhadores contidos na categoria TCP, em relação àqueles abrangidos pela figura jurídica do Micro Empreendedor Individual – MEI, onde evidencia-se que dos 22.474.000 de TCPs apenas 5.546.000 são formalizados por meio da figura jurídica do MEI, modalidade legal que se adéqua à realidade dos TCPs, demonstrando que para cada 4 TCPs há 1 MEI.

Segundo Cacciamali (1994), as pesquisas acerca do TCP, realizadas com base em dados estatísticos, incluem a referida categoria como um subgrupo que integra quase em sua totalidade o conjunto dos trabalhadores informais, ao mesmo tempo que o MEI foi criado com o intuito de retirar estes trabalhadores e inseri-los na formalidade. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2011) define que quase a totalidade dos MEI já foram TPC no passado, o

que demonstra a relação entre as duas categorias, observando ainda a distância entre os que optaram pela formalidade, através da figura jurídica do MEI e os que ainda permanecem na informalidade.

## **2.4 O MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI**

Com a Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008, que vigora desde junho de 2009, o Brasil buscou promover a inclusão econômica e social de trabalhadores que estão na informalidade. A referida lei permite a formalização dos empreendedores que atuam por conta própria, tornando-os empreendedor individual legalizado. Conforme Pietrobon (2009), a Lei Complementar nº 128/08 concede uma reforma tributária inédita, impactando de forma positiva toda a economia, diminuindo a burocracia, facilitando com isso a formalização de todos os empreendedores.

A finalidade do Governo Federal com relação aos empreendedores individuais é tirar os micro empreendedores da informalidade, conduzindo-os para o mundo da legalidade, aprimorando a vida de trabalhadores e de suas famílias dando cobertura previdenciária e proteção social (SEBRAE, 2010 e PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2010).

Conforme dados colhidos do Portal do Empreendedor (2016), MEI é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Para ser um micro empreendedor individual, é necessário faturar no máximo até R\$ 60.000,00 por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular. O MEI também pode ter um empregado contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria.

Entre as vantagens oferecidas por essa lei está o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o que facilita a abertura de conta bancária, o pedido de empréstimos e a emissão de notas fiscais. Além disso, o MEI será enquadrado no Simples Nacional e ficará isento dos tributos federais (Imposto de Renda, PIS, Cofins, IPI e CSLL). Assim, conforme valores do ano de 2017, pagará apenas o valor fixo mensal de R\$ 47,85 (comércio ou indústria), R\$ 51,85 (prestação de serviços) ou R\$ 52,85 (comércio e serviços), que será destinado à Previdência Social e ao ICMS ou ao ISS. Essas quantias serão atualizadas anualmente, de acordo com o salário mínimo. Com essas contribuições, o MEI tem acesso a benefícios como auxílio maternidade, auxílio doença, aposentadoria, entre outros.

De acordo com a Lei Complementar nº 128/08 que criou o MEI, são mais de 470 atividades que podem se enquadrar, as quais estão contidas no anexo XIII da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011. Os Micro Empreendedores Individuais formalizados devem fazer o pagamento mensal do carnê da cidadania, que é o DAS – Documento de Arrecadação Simplificada, que inclui os valores de todos os tributos necessários para o trabalho formal. O pagamento deve ser feito até o dia 20 de cada mês (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2010).

O empreendedor interessado pode se legalizar pela internet, tendo também os escritórios de contabilidade para dar suporte a essa classe. No portal do empreendedor, na internet, o micro empreendedor encontrará informações sobre as atividades autorizadas, vantagens, conceitos e até mesmo a responsabilidade da legalização do negócio.

O micro empreendedor para efetuar seu registro precisa ter em mãos identidade, CPF, inscrição na previdência social e título de eleitor. O empreendedor mesmo trabalhando em sua residência necessita de autorização prévia da prefeitura para solicitação de alvará de funcionamento, que nesse caso será gratuita (PUETROBON; OKAMOTO, 2009; PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2016).



Os contadores optantes pelo Simples Nacional são obrigados a prestar informações aos empresários sobre o MEI gratuitamente,

Cabendo desenquadramento do Simples em caso de descumprimento da Lei (SEBRAE, 2010). O tópico seguinte faz referência à metodologia utilizada nesta pesquisa.

### 3 METODOLOGIA

Neste capítulo apresenta-se a metodologia, considerando a tipologia da pesquisa quanto à abordagem, objetivos e delineamentos, conforme Quadro 1. A fundamentação teórica do artigo foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica, sendo procedida de uma investigação com o uso de materiais acessíveis ao público em geral, como livros e artigos (VERGARA, 2005).

**Quadro 1.** Abordagem, objetivos e delineamentos da pesquisa.

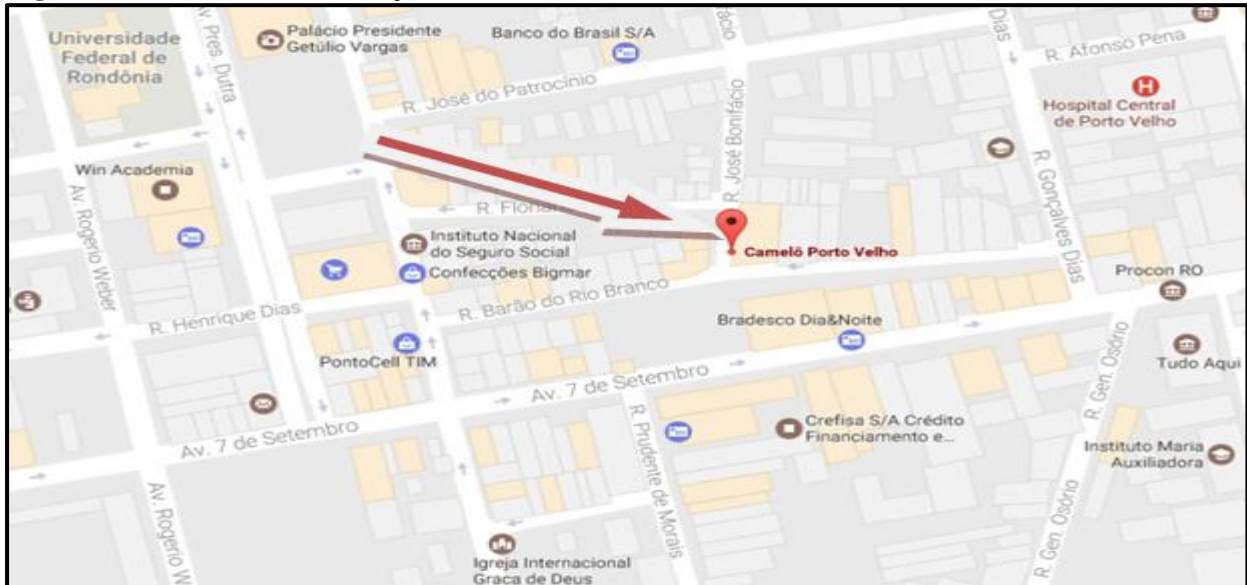
Tipo de pesquisa		Definições		
Quanto à abordagem	Quanto ao objetivo	Quanto aos delineamentos	Gerais	Indicador
Qualitativa	Exploratória	Bibliográfico	Artigos científicos	Pesquisa bibliográfica
		Documental	Banco de dados SEBRAE, IBGE e Sítio do Micro Empreendedor Individual	Dados secundários
		Estudo de Campo	Interrogação direta	Entrevista semi estruturada
<b>Técnica de análise de dados:</b> análise de conteúdo				

Enfatiza-se que, conforme Gil (2008), a pesquisa exploratória se aplica quando se trata de um assunto pouco conhecido. Esta metodologia foi estabelecida buscando apoiar os procedimentos para responder à questão proposta, cujo objetivo é identificar as motivações para permanência na informalidade considerando o nível empreendedor dos Trabalhadores por Conta Própria – TCPs do Camelódromo de Porto Velho-RO, a partir da percepção destes TCPs.

#### 3.1 Área de estudo

A área de estudo compreende a região do Camelódromo, localizado na parte central da cidade, composto por empreendimentos com finalidades diferentes: venda de eletrônicos, comercialização de roupas, venda de objetos de decoração e etc. A Figura 3 mostra a localização do Camelódromo em estudo.

**Figura 3.** Gráfico da Localização do Camelódromo de Porto Velho – RO



Fonte: Google Maps

Nota-se que a região onde se situa o local desta pesquisa é uma área de Porto Velho-RO com diversidade de estabelecimentos comerciais, sobretudo por localizar-se na parte central da cidade. O tópico seguinte é uma indicação dos sujeitos da pesquisa.

### 3.2 População

O Camelódromo de Porto Velho-RO possui 55 empreendimentos com diferentes naturezas econômicas ao desenvolver atividades. Os sujeitos desta pesquisa são todos os empreendimentos citados, ou seja, entrevistou-se a totalidade dos sujeitos por meio do conceito de *snowball*.

### 3.3 Coleta de dados

Quanto à coleta de dados, foi seguida a orientação de Cervo, Bervian e Da Silva (2007) que afirma que toda pesquisa, deve ser bem planejada se quiser oferecer resultados úteis e fidedignos. Os autores afirmam que a coleta de dados envolve diversos passos, sendo um deles a elaboração do instrumento de coleta.

A coleta de dados foi realizada utilizando-se de instrumento contendo a escala do tipo Likert de cinco pontos. Esta forma de coletar dados exige, na concepção de Baker (1995), que os entrevistados apontem seu grau de concordância ou discordância em relação à opinião ou atitude medidas. Espera-se que as declarações de concordância dos respondentes recebam valores altos ou positivos, enquanto as discordâncias possuam valores baixos ou negativos.

Na presente pesquisa adotou-se a escala Likert com cinco pontos, o que implica dizer: Ponto 1 para Discordo Totalmente (DT); Ponto 2 para Discordo (D); Ponto 3 para Indiferente (I); Ponto 4 para Concordo (C); e, Ponto 5 para Concordo Totalmente (CT). Tais níveis da escala foram utilizados para medir o fator ‘nível de empreendedorismo no Camelódromo de Porto Velho-RO’, utilizando-se os elementos do Modelo de Empreendedor apresentado em Ernst e Young (2011).

Os sujeitos estudados assinalaram, entre as diversas opções, conforme demonstradas no **Quadro 2**, aquela que mais se aproximou de sua opinião. O Quadro 2 apresenta proposições e não questões, em respeito ao próprio significado da escala tipo Likert.

**Quadro 2.** Proposições para o fator ‘nível de empreendedorismo no Camelódromo de Porto Velho-RO’.

Proposições	Significado para os sujeitos						Mediana
	DT	D	I	C	CT	QT	
Exergo oportunidades de negócio no meu empreendimento.							
Possuo disposição para assumir riscos e falhas.							
Considero o trabalho em equipe fundamental para o sucesso nos negócios							
Acredito que a independência profissional precisa ser valorizada.							
Possuo motivação apaixonante pelo meu trabalho cotidiano.							
Recomeço, sempre, diante de situações mal-sucedidas em meus negócios.							
Visualizo soluções para situações-problemas aparentemente insolúveis.							
Consigo ficar atento às lacunas e nichos disponíveis no mercado.							
Estou sempre apresentando coisas novas em busca de resultados.							

**Fonte:** elaborada pelos autores a partir do ‘DNA Empreendedor’.

O Quadro 2 foi utilizado na intenção de medir o nível de empreendedorismo no Camelódromo de Porto Velho – RO a partir da percepção dos Trabalhadores por Conta Própria – TCP que desenvolvem suas atividades neste espaço. Além disto, o instrumento de coleta de dados abordou os fatores estimulantes para a permanência de tais TCP na informalidade, bem como o perfil dos sujeitos pesquisados.

### 3.4 Análise dos dados

Para análise dos dados foram criadas três dimensões com o objetivo de observar a relação entre as mesmas. A primeira é a dimensão “Empreendedor”, onde os entrevistados são submetidos a proposições, conforme Quadro 2, elaboradas com base no estudo de Ernst e Young visando observar se o entrevistado possui ou não características empreendedoras.

A segunda dimensão é “Trabalhador Por Conta Própria TCP”, a qual tem como base os estudos de Prandi. A terceira é a dimensão Micro Empreendedor Individual (MEI), criada com base no programa do Governo Federal, institucionalizado na Lei Complementar 128, de 19/12/2008 que dispõe sobre a formalização de negócios em território brasileiro. A intenção ao criar esta dimensão de análise é verificar se o entrevistado possui os requisitos para se enquadrar no presente programa, o denominado MEI.

Para a análise dos dados da escala tipo Likert será utilizada a recomendação de Sanches *et al.* (2011). Trabalhou-se com o grupo Discordantes e o grupo Concordante. Para se calcular os discordantes de cada proposição somam-se os respondentes que assinalaram DT e D e ½ dos respondentes Indiferentes para a proposição. Analogamente, calcula-se os Concordantes da proposição somando-se os respondentes que assinalaram CT e C e ½ dos respondentes Indiferentes para a proposição. Desta forma, para se identificar os grupos Concordantes e Discordantes, utilizou-se as seguintes equações:

$$Dp = D + DT + \frac{I}{2} \quad (1)$$

$$Cp = C + CT + \frac{I}{2} \quad (2)$$

As equações (1) e (2) foram elaboradas para se identificar os Concordantes e Discordantes de cada proposição individualmente. Contudo, para o cálculo dos discordantes e concordantes de todas as proposições (ou fator, conforme denomina Sanches) aplica-se as equações (3) e (4), abaixo:

$$Df = \sum DT + \sum D + \frac{\sum I}{2} \quad (3)$$

$$Cf = \sum CT + \sum C + \frac{\sum I}{2} \quad (4)$$

Para as intenções do presente estudo torna-se preciso, ainda, identificar o grau de concordância geral do fator, ou seja, de todos os fatores. Isto ocorre porque pretendeu-se observar o nível de empreendedorismo do Camelódromo de Porto Velho-RO como uma das variáveis de estudo. Neste sentido, adotou-se o Grau de Concordância do fator, conforme a equação (5) apresentada em Sanches *et al.* (2011).

$$GCf = 100 - \left( \frac{100}{\frac{Cf}{Df} + 1} \right) \quad (5)$$

Sanches *et al.* (2011) ao apresentar este modelo de análise da escala tipo Likert, argumenta que o resultado da equação ficará no intervalo [0;100], apresentando a possibilidade de demonstrar aquilo que seja um grau forte ou fraco. Com isto, o modelo apresentado é interpretado de acordo com o Quadro 3.

**Quadro 3.** Interpretação da escala tipo Likert

Valor do GC	Descrição
90 ou mais	Uma concordância muito forte
80 a + 89,99	Uma concordância substancial
70 a + 79,99	Uma concordância moderada
60 a + 69,99	Uma concordância baixa
50 a + 59,99	Uma concordância desprezível
40 a + 49,99	Uma discordância desprezível
30 a + 39,99	Uma discordância baixa
20 a + 29,99	Uma discordância moderada
10 a + 19,99	Uma discordância substancial
9,99 ou menos	Uma discordância muito forte

Fonte: Adaptada por Sanches *et al.* (2011).

Com as equações (1), (2), (3), (4) e (5), paralelamente ao Quadro 3, tornou-se possível a interpretação das proposições apresentadas na escala que tratam do grau de empreendedorismo a partir da percepção e sentimento do próprio sujeito da pesquisa.

A dimensão Trabalhador por Conta Própria – TCP foi analisada a partir de um confronto entre os conceitos demonstrados nos estudos de Prandi (1978) e a realidade verificada nos casos em estudo. De forma semelhante, para a análise da dimensão Micro Empreendedor Individual – MEI utilizou-se os requisitos estabelecidos na Lei 128/2008 e, por meio de interrogação direta, verificou-se se os sujeitos entrevistados apresentam tais qualificações.




As dimensões Empreendedorismo, TCP e Micro Empreendedor Individual – MEI tiveram no questionário estruturado o instrumento de coleta de dados. Além de tais dimensões, realizou-se uma entrevista semi-estruturada com a intenção de verificar as motivações para a permanência na informalidade dos empreendimentos do Camelódromo.

A entrevista semi-estruturada foi analisada por meio da análise de conteúdo, conforme preceitua Bardin (1977), com o apoio do software Atlas ti, versão 6. Os demais resultados foram dispostos em gráficos e tabelas elaboradas com o auxílio do software Excel, versão 2010.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os entrevistados neste estudo foram analisados à luz da teoria de Prandi (1978) que consiste em estabelecer dois critérios para o reconhecimento de uma classe de trabalhadores como Trabalhador por Conta Própria - TCP: i) possuir na atividade a única fonte de renda para subsistência e ii) ter iniciado a atividade produtiva por necessidade, involuntariamente, atitude comum aos desempregados. A Figura 4 foi construída para demonstrar se os sujeitos da pesquisa atendem a tais critérios.

**Figura 4.** Critérios para reconhecimento como Trabalhador por Conta Própria - TCP

	 Sim	 Não	 Total
Única fonte de renda	52	3	55
Trabalhador involuntário	55	0	55

Fonte: dados da pesquisa

Os dados acima corroboram com os estudos de Prandi (1978), tendo em vista que 95% dos entrevistados informaram que a atividade de vendedor ambulante é sua única fonte de renda, e 100% denotaram que se tornaram vendedores em função da necessidade. Contudo, dos 55 entrevistados, apenas 52 podem ser considerados TCPs, pois são estes 52 atores que atendem cumulativamente aos dois critérios abordados por Prandi (1978).

Os 52 TCPs do Camelódromo de Porto Velho corroboram com os demonstrados nos estudos de Prandi (1978) e Lorena (2013), os quais utilizam essa única forma de sustento para a manutenção de recursos necessários, utilizando ainda os seus trabalhos como uma forma de driblar o desemprego.

Os demais 3 vendedores por não se enquadrarem na categoria de TCP são denominados nesta pesquisa de Trabalhadores Pluriativos – TP, termo abrangente utilizado para designar aqueles que intercalam suas atividades laborais praticando uma espécie de diversas atividades. Silva-Jean *et al.* (2015) também utilizou esta expressão para denominar extrativistas que realizam ações produtivas, ao invés de obter renda por meio de uma única produção.

Quanto aos Trabalhadores por Conta Própria – TCPs do Camelódromo de Porto Velho – RO, constata-se que são compostos por negócios formais, identificados como aqueles que possuem cadastro como MEI e Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ; e ainda por negócios Informais, conceituados nesta pesquisa como os empreendimentos que não dispõem de tais registros.

Segundo relatos destes entrevistados (55 no total, entre TCPs ou não), o Camelódromo de Porto Velho existe há aproximadamente 18 anos, contudo os vendedores instalados, inicialmente ocupavam a praça Jonatas Pedrosa e que somente após a abertura das Ruas Barão do Rio Branco e Rua José Bonifácio, por força do comércio, é que estes foram transferidos para o atual espaço.

A maioria dos vendedores ambulantes não são nascidos em Porto Velho - RO e sim de outros estados, os quais vieram em busca de trabalho. São pessoas vindas principalmente do Nordeste do Brasil, buscando fugir da crise e da falta de emprego. No entanto, chegando na cidade de Porto Velho, não foram absorvidos pelo mercado de trabalho assalariado, sendo obrigados a inovar na busca por recursos para garantir os meios necessários a sua subsistência.

O local conta com 55 estabelecimentos, os quais são distribuídos entre os vendedores ambulantes daquele local, que conseguiram na época da construção da estrutura um local que denominado de “box”.

Os locais fixos do Camelódromo, denominados de “box”, foram adquiridos pelos vendedores mais antigos. Os trabalhadores do Camelódromo iniciam suas atividades, geralmente às 06h30min, tempo este que executam a distribuição da mercadoria e organização do ambiente para receber os clientes. Costumam realizar a venda de seus produtos diariamente, pois possuem um sistema onde revezam com familiares, a fim de abarcar todos os dias da semana.

Tendo em vista que a maioria dos vendedores ambulantes que estão no Camelódromo não possuem outra fonte de renda, estes entendem que a necessidade diária de desenvolver os trabalhos é algo imperativo para a manutenção de sua subsistência.

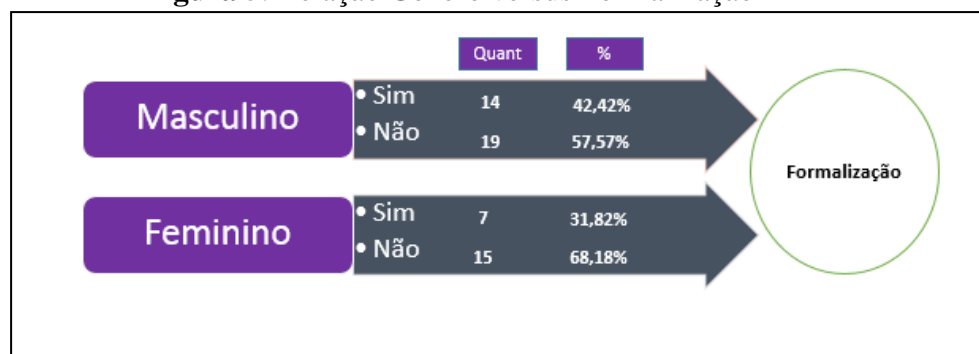
Observa-se ainda que há uma grande organização e respeito por parte daqueles que trabalham na localidade, existindo inclusive um modo de cooperação, visto que por diversas vezes foram observadas situações em que na ausência da mercadoria em um determinado box, o usuário é indicado pelo vendedor a buscá-la em um outro instruído pelo próprio trabalhador.

#### 4.1 PERFIL DO ENTREVISTADO

Os resultados indicam que o gênero mais expressivo é o masculino, assumindo 60% da totalidade dos entrevistados. As mulheres atuantes no Camelódromo representam 40% da população da presente pesquisa. A forma de pensar as decisões em contextos organizacionais é diferente entre homens e mulheres. Simon (1979) alegou que homens e mulheres possuem racionalidades diferentes e por este motivo tomam decisões de forma diversa entre si.

Na Figura 5 é possível notar que as decisões tomadas quanto à formalização é percebida de forma dicotômica entre os entrevistados corroborando a teoria de Simon. O percentual de legalização é maior entre os homens entrevistados, cerca de 42,42% para homens e 31,82% para mulheres.

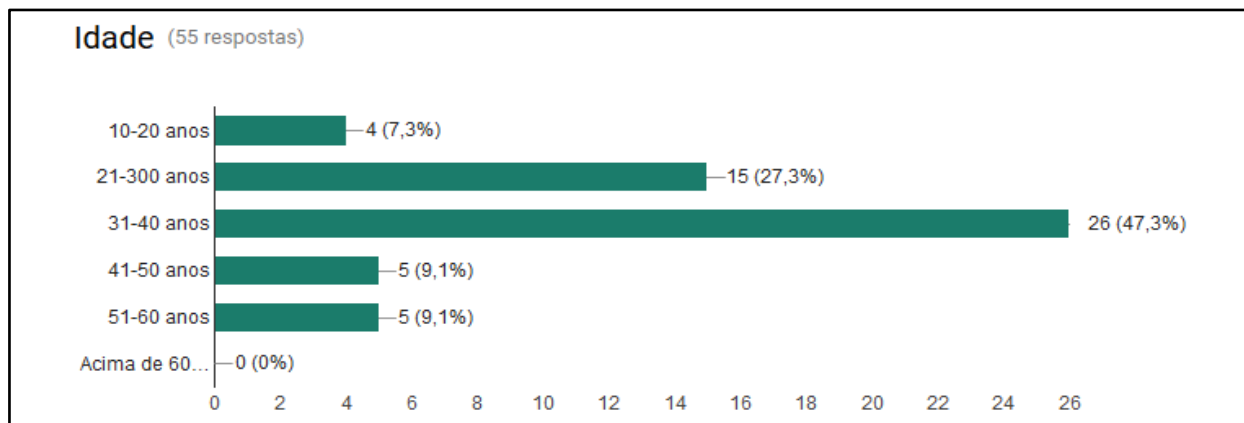
**Figura 5.** Relação Gênero versus Formalização



**Fonte:** dados da pesquisa

A formalização no contexto de adesão ao microempreendedorismo individual é, então, percebida de maneira diversa entre trabalhadores homens e mulheres. Os dados evidenciam que a faixa etária preponderante é de 31 a 40 anos. Resultados semelhantes foram encontrados por Maria e Souza (2014). Na entrevista de campo constatou-se que os entrevistados são originários de outros empregos, procurando no Camelódromo uma alternativa de renda.

**Gráfico 2.** Idade dos entrevistados



**Fonte:** dados da pesquisa.

A maior representatividade da idade na faixa dos 31 aos 40 anos despertou a curiosidade sobre o que faziam estes TCP entre 20 e 30 anos. O tempo em que atuam no Camelódromo sugere que os entrevistados possivelmente não estavam no Camelódromo nesta fase de suas vidas. Simultaneamente, os dados indicam que desenvolviam atividades no período que antecedeu a adesão ao Camelódromo. Neste sentido, em relação ao tempo de trabalho no Camelódromo, percebe-se que 80% dos trabalhadores atuam há mais de 6 anos.

A experiência acumulada ao longo destes 6 anos em que 80% dos entrevistados atuam como camelô é o fator preponderante no aprendizado destes trabalhadores por conta própria, pois o nível de escolaridade transita entre o nível fundamental e o ensino médio. Isto significa que o aprendizado destas organizações é desenvolvido na prática, contando com pouca aplicação teórica de instituições profissionalizantes e superior. O Quadro 4 é uma apresentação deste cenário.

**Quadro 4.** Grau de escolaridade dos entrevistados

ESCOLARIDADE		%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	6	11%
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	4	7%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	14	25%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	26	47%
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	4	7%
ENSINO SUPERIOR COMPLETO	1	2%
TOTAL	55	100%

**Fonte:** dados da pesquisa.

Observa-se que uma pequena parcela dos entrevistados possuem o ensino superior completo (2%), ou iniciaram os estudos neste grau de escolaridade (7%). Os dados da pesquisa denotaram que o nível de escolaridade, e o avanço deste, é valorizado pelos entrevistados como elemento de valorização e avanço em seus rendimentos (atualmente está abaixo de R\$ 5.000,00 para 32 dos 34 entrevistados informais). Esta valorização do nível de escolaridade é contrastada por Zampier e Takahashi (2011) que defendem que a aprendizagem empreendedora é influenciada por um processo experiencial onde a carreira é transformada em conhecimento por meio do equilíbrio entre o empírico e a descoberta de novas possibilidades. É a partir desta união entre a valorização da escolaridade e do conhecimento empírico para construção da aprendizagem empreendedora que se procurou avaliar o nível do empreendedorismo no Camelódromo de Porto Velho-RO.

## 4.2 NÍVEL DE EMPREENDEDORISMO DO CAMELÓDROMO DE PORTO VELHO

O nível de empreendedorismo do Camelódromo de Porto Velho – RO foi identificado utilizando-se como base o modelo de Ernst e Young. Neste tópico, os 55 entrevistados foram submetidos às questões com base nas características do empreendedor, onde as proposições são parte do modelo.

O Quadro 5 a seguir é uma demonstração do resultado coletado por meio do significado para os sujeitos de pesquisa de cada proposição, onde as questões tem o auxílio da escala do tipo Likert de cinco pontos.

**Quadro 5.** Proposições acerca do nível de empreendedorismo no Camelódromo de Porto Velho-RO’.

Proposições	Significado para os sujeitos						Mediana
	DT	D	I	C	CT	QT	
Enxergo oportunidades de negócio no meu empreendimento.	1	6	5	21	22	55	C
Possuo disposição para assumir riscos e falhas.	0	8	6	17	24	55	C
Considero o trabalho em equipe fundamental para o sucesso nos negócios	2	16	11	20	6	55	I
Acredito que a independência profissional precisa ser valorizada.	1	6	5	31	12	55	C
Recomeço, sempre, diante de situações mal-sucedidas em meus negócios.	0	7	6	35	7	55	C
Visualizo soluções para situações-problemas aparentemente insolúveis.	0	10	9	28	8	55	C
Consigno ficar atento às lacunas e nichos disponíveis no mercado.	0	6	10	29	10	55	C
Estou sempre apresentando coisas novas em busca de resultados.	1	0	7	31	16	55	C

Fonte: dados da pesquisa.

Percebe-se com a leitura da coluna Mediana que os entrevistados se veem como concordantes em todas as proposições, com exceção da Proposição “Considero o trabalho em equipe fundamental para o sucesso nos negócios”. Os sujeitos da pesquisa sinalizaram que o trabalho em equipe é indiferente para o sucesso de seus empreendimentos. Constatou-se que os entrevistados ou trabalham sozinhos ou possuem o auxílio da família. Este achado pode ser uma explicação para o porquê de os mesmos não valorizarem o trabalho em equipe como preponderante para o sucesso.

Os elementos Concordante da Proposição (CP) e Discordante da Proposição (DP), foram analisados com base nos significados contidos na tabela acima, sendo seus valores submetidos às duas expressões que tem o intuito de quantificar seu significado, para identifica o nível de empreendedorismo dos atores:

$$Dp = D + DT + \frac{I}{2} \quad (6)$$

$$Cp = C + CT + \frac{I}{2} \quad (7)$$

O Quadro 6 mostra o grau individual de concordância e discordância de cada proposição com base na expressão acima:

**Quadro 6.** Grau individual de concordância e discordância de cada proposição do nível de empreendedorismo no Camelódromo de Porto Velho-RO’.

Proposições	Resultado da Proposição	
	DP	CP
Enxergo oportunidades de negócio no meu empreendimento.	9,5	45,5
Possuo disposição para assumir riscos e falhas.	11	44
Considero o trabalho em equipe fundamental para o sucesso nos negócios	23,5	31,5
Acredito que a independência profissional precisa ser valorizada.	9,5	45,5
Recomeço, sempre, diante de situações mal-sucedidas em meus negócios.	10	45
Visualizo soluções para situações-problemas aparentemente insolúveis.	14,5	40,5
Consigno ficar atento às lacunas e nichos disponíveis no mercado.	11	44
Estou sempre apresentando coisas novas em busca de resultados.	4,5	50,5

Fonte: dados da pesquisa.



O somatório dos pontos é demonstrado no quadro a seguir, o qual foi alcançado mediante a aplicação da soma aos pontos percebidos pelo sujeito da pesquisa na proposições.

**Quadro 7.** Somatórios dos pontos referentes às proposições do nível de empreendedorismo no Camelódromo de Porto Velho-RO’.

Somatório dos Pontos	
$\sum$ Discordo (D)	59
$\sum$ Discordo Totalmente (DT)	5
$\sum$ Indiferente (I)	59
$\sum$ Concordo ( C)	212
$\sum$ Concordo Totalmente (CT)	105

Fonte: dados da pesquisa

A partir da soma dos Pontos, chegamos ao Fator de Discordância (Df) e Fator de Concordância (Cf), que consiste na aplicação da expressão abaixo:

$$Df = \sum DT + \sum D + \frac{\sum I}{2} \quad (8) \quad Cf = \sum CT + \sum C + \frac{\sum I}{2} \quad (9)$$

$$Df = 5 + 59 + \frac{59}{2}$$

$$Df = 105 + 212 + \frac{59}{2}$$

Utilizando a expressão (8), tem-se o Fator de Discordância (Df) de 93,5 e Fator de Concordância (Cf) de 346,5, conforme fórmula (9). Para alcançar o Grau de Concordância do Fator (GCF), o qual mede o nível de empreendedorismo do Camelódromo de Porto Velho-RO, utilizou-se a seguinte expressão:

$$Gcf = 100 - \left( \frac{100}{\frac{Cf}{Df} + 1} \right) = Gcf = 100 - \left( \frac{100}{\frac{346,5}{93,5} + 1} \right) = Gcf = 100 - \left( \frac{100}{\frac{346,5}{93,5} + 1} \right) = Gcf = 100 - \left( \frac{100}{\frac{346,5 + 93,5}{93,5}} \right) = Gcf = 100 - \left( \frac{100}{4,71} \right) =$$

$$Gcf = 100 - 21,23$$

$$Gcf = 78,77$$

Os resultados dos cálculos evidenciam um GCF de 78,77. Sanches *et al.* (2011) definiram que um GCF igual a 78,77 representa uma concordância moderada a respeito de uma determinada temática. Através do valor do GCF podemos concluir que o Camelódromo de Porto Velho possui um grau de concordância moderada em relação aos elementos contidos no modelo de Ernst e Young World, demonstrando que as características do empreendedor estão presentes junto aos trabalhadores daquela região.

Deste modo, verifica-se que considerando as proposições de Ernst e Young como caracterizações de empreendedores e levando em conta a percepção dos trabalhadores por conta própria - TCP do Camelódromo de Porto Velho – RO, tem-se um nível de empreendedorismo equivalente ao grau Moderado nestes empreendimentos.

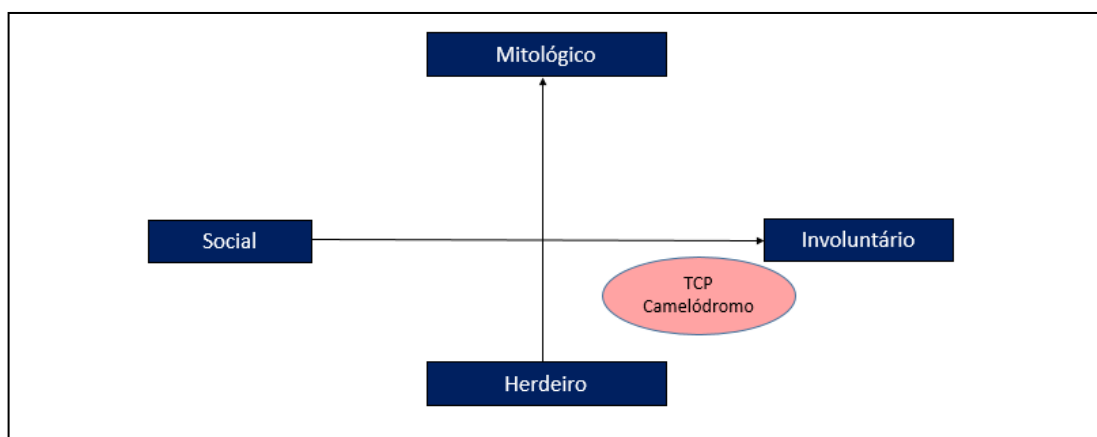
O resultado apresentado na expressão é o nível de empreendedorismos geral do Camelódromo. Encontrou-se, na pesquisa de campo, dois grupos diferentes de TCPs: os formais e os informais. Ao identificar o nível empreendedor considerando estes dois grupos, ocorreram algumas novidades. Uma delas é a diferença verificada no grau de empreendedorismo quando os grupos são separados.

No cálculo do GCF dos trabalhadores informais obteve-se 79,59 e dos trabalhadores formais encontrou-se 83,9, os quais ao serem interpretados por meio da tabela adaptada dos estudos de Sanches *et al.* (2011), evidenciam um nível moderado para os TCPs informais e um nível substancial para os trabalhadores formais. Ao analisar o nível empreendedor conjuntamente, nota-se que o nível se reduz e que os TCP formais, sozinhos, conseguem escalas maiores de empreendedorismo.

Além disto, os camelôs estudados possuem características que os qualificam como empreendedores por necessidade. Dolabela (1999) apresenta seis tipos de empreendedores dos quais, quatro podem ser destacados por estarem em sintonia com pesquisadores como Dornelas (2001). A Figura 6 é uma demonstração de que os empreendedores do Camelódromo de Porto Velho, possuem evidências que os aproximam do empreendedor involuntário.

Os TCP do Camelódromo de Porto Velho não possuem características de empreendedores mitológicos porque este grupo refere-se àquele que nasce com tendência à investir em negócios e os sujeitos estudados transitaram por outras atividades. Os herdeiros adquirem os negócios de pais, irmãos, avós e ficam responsáveis por estes. Os empreendimentos sociais são dominados por interessados em causas como meio ambiente e distribuição de renda. Enfim, os Involuntários são os empreendedores por necessidade.

**Figura 6.** Tipologia de empreendedores do Camelódromo de Porto Velho – RO.



Fonte: dados da pesquisa.

Os resultados encontrados corroboram com estes estudos de Dolabela (1999), pois conforme os dados coletados, observa-se que o Camelódromo de Porto Velho é quase que em sua totalidade formado pelos empreendedores que Dolabela (1999) chama de involuntários, que são trabalhadores forçados a empreender por motivos alheios à sua vontade, como é o caso de desempregados. Simultaneamente, constatou-se filhos de empreendedores envolvidos nas atividades, indicando que os boxes podem ser repassados para estes descendentes. Estas evidências de pesquisa denotam que estes Trabalhadores por Conta Própria estão no quadrante de empreendedores herdeiros e involuntários, conforme Figura 6.

#### 4.3 INFORMALIDADE E MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI NO CAMELÓDORMO PORTOVELHENSE

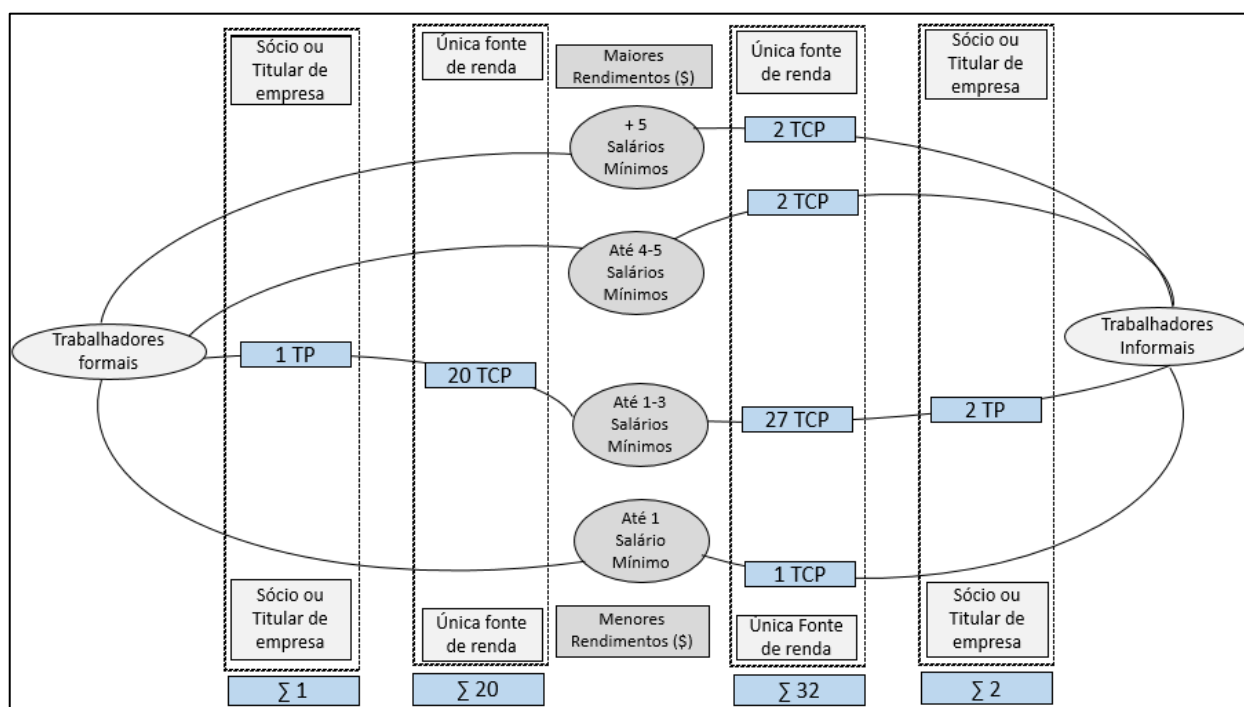
Os resultados evidenciaram que há trabalhadores formais e informais no Camelódromo de Porto Velho-RO. Entre as possibilidades apresentadas no âmbito legal para formalização tem-se o MEI. Em relação aos TCPs Formais não é preciso realizar uma discussão no sentido de demonstrar aos mesmos esta possibilidade. Contudo, quando o assunto é o TCP Informal é relevante analisar se estes atendem aos critérios desta formalização, visto que seguindo os

critérios dispostos na Lei Complementar 128/08 é possível que estes saiam da informalidade e obtenham benefícios da inclusão social e fiscal.

Dos 55 entrevistados, 21 já são formalizados, os quais foram desconsiderados na análise de aptidão ao MEI, restando então 34 entrevistados informais. Os 21 entrevistados formais são compostos apenas por 1 Trabalhador Pluriativo - TP e 20 Trabalhadores por Conta Própria - TCPs. Em relação aos 34 entrevistados informais, verificou-se que 32 estão no grupo dos TCPs e 2 são Trabalhadores Pluriativos. Estas constatações podem ser visualizadas na Figura 7.

Verifica-se que dos trabalhadores informais, 32 declararam possuir faturamento inferior a 5 salários mínimos, montante correspondente a R\$ 4.685,00 considerando os valores de 2017. A análise de aptidão ao MEI considerou, então, os critérios legais confrontando-os com as respostas dos 34 trabalhadores informais, entre TPs e TCP. Na Figura 7 demonstrou-se os dois critérios estabelecidos nos dispositivos legais: faturamento bruto mensal de até R\$ 5.000,00; e não possuir participação em outra empresa, como sócio ou titular. Além destes, para enquadrar-se como MEI é permitida a contratação de no máximo um funcionário.

**Figura 7.** Aptidão ao Micro Empreendedorismo Individual - MEI



**Fonte:** dados da pesquisa.

**Legenda:** TCP – Trabalhador por Conta Própria.  
TP – Trabalhador Pluriativo.

Dos 34 trabalhadores ainda informais, 30 possuem condições para se tornarem Micro Empreendedores Individuais nos moldes da Lei 128/2008. Verifica-se que dois trabalhadores deste grupo, embora atenda ao critério da renda, não satisfaz ao critério de não-participação como sócio ou titular de empresa, característica que os exclui da condição de TCP e da possibilidade de tornar-se MEI. Estes 30 TCPs não contratam empregados e se aliam ao uso da força de trabalho de membros familiares. A realidade mostrou que nenhum deles são empregadores, apenas são auxiliados por membros da família. Tem-se 30 TCPs Informais que poderiam tornar-se Micro Empreendedores Individuais usufruindo dos benefícios advindos desta legalização.

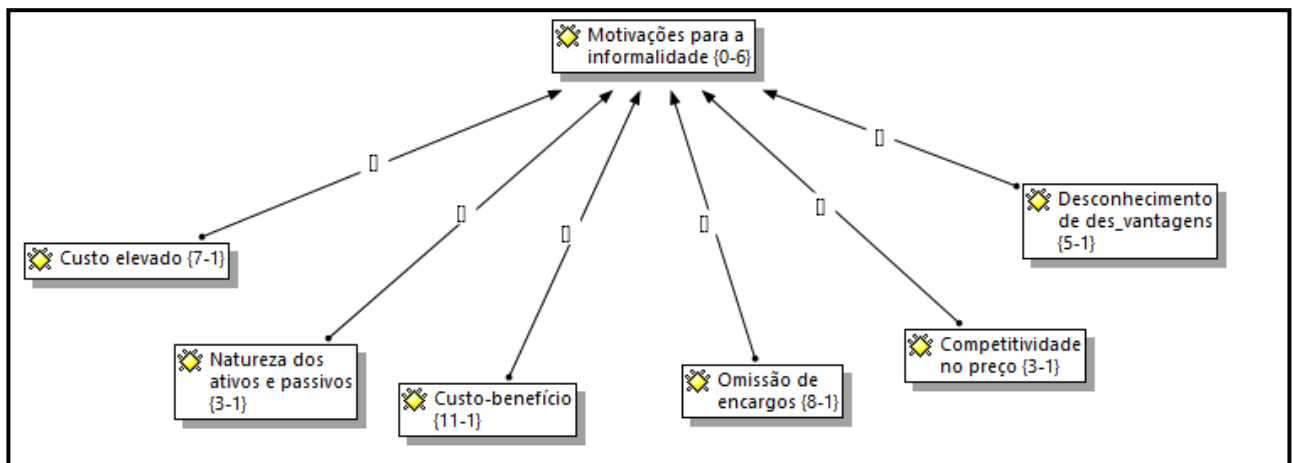
Os dados apresentados demonstram que o empreendedorismo por necessidade, citado por Dolabela, possui ligação com o Trabalhador Por conta Própria de Prandi, tendo em vista que o indivíduo, em virtude da busca imperativa por recursos necessários a sua subsistência,

considerando a não abrangência ao mercado de trabalho assalariado, adentra ao cenário do trabalho por conta própria, utilizando as características do empreendedor para inovar de forma criativa e assim driblar o desemprego. O nível de empreendedorismo de 79,59 caracterizado como moderado é uma evidência de que estes TCPs podem apresentar qualificações de empreendedorismo.

É perceptível que tanto a figura do empreendedor por necessidade, quanto a figura do Trabalhador Por conta Própria (TPC) estão diretamente ligados à crise do emprego assalariado. Contudo os trabalhadores que adentram neste cenário podem ser acolhidos pelos programas de governo que buscam retirar os indivíduos da informalidade e inseri-los socialmente, apresentando para tanto facilidades, tanto no ato da inscrição, quanto na manutenção da figura jurídica, como o MEI. Neste sentido, identificou-se alguns fatores que explicam a opção destes 30 TCPs Informais pela permanência na informalidade.

Os resultados evidenciam que a motivação por esta opção pela informalidade é o desconhecimento da funcionalidade da política pública, bem como uma série de interpretações pré-concebidas destes trabalhadores. A Figura 8 ilustra os motivos pelos quais estes potenciais MEIs optam pela não adesão ao programa.

**Figura 8.** Motivação para Trabalhadores por Conta Própria Permanecerem na Informalidade



Fonte: dados da pesquisa.

Uma das motivações é, de acordo com os relatos dos entrevistados, o custo elevado para tornar-se formal. Os TCPs Informais declaram que a documentação e a manutenção de seus negócios na informalidade apresentam gastos, em que estes não estão dispostos a incidirem. Entre tais desembolsos tem-se o pagamento a prestadores de serviços, como contadores que, em caso de formalização, os mesmos deveriam pagar, destaca um dos TCPs.

Entre os entrevistados que mantêm seus empreendimentos nesta condição existem aqueles que são conscientes de que a própria natureza de seus ativos e passivos reconhecidos no Camelódromo de Porto Velho – RO os impede de procurarem o acesso à política pública MEI. Verificou-se TCP cuja finalidade de seu negócio é a venda de CDs e DVDs falsificados. Esta constatação da natureza dos ativos e passivos é outra motivação para os negócios continuarem informais.

Os entrevistados do grupo informal destacam ainda o custo-benefício e o desconhecimento das vantagens e desvantagens, caso decidam legalizar seus negócios. Estes trabalhadores observam que não conhecem as vantagens e obrigações de uma possível formalização. Para estes entrevistados a legalização, ainda que seja na modalidade MEI, impactará negativamente os custos de seus negócios. Com isto, necessitarão pagar impostos e não conseguem visualizar os benefícios destas obrigações incrementais.

Outra motivação apontada pelos TCPs Informais está a competitividade no preço. Uma vez que os custos se tornarão mais elevados, na visão destes trabalhadores, os preços consequentemente serão impactados. Esta constatação foi apontada por Martins (2008) ao citar os processos de formação de preço de venda, cuja orientação pode ser por meio do custo necessário para produção. Os TCPs Informais apontam que o custo elevada ocasionará perda na capacidade competitiva em termos de preço.

Os dados levantados indicam que a competitividade no preço é uma das estratégias competitiva mais reconhecidas quando se trata dos camelôs. Esta conclusão foi comentada por diversos TCPs Formais e Informais. Desta forma, custos maiores ocasionarão, de fato, um ajuste no preço, de acordo com as conclusões de Martins (2008).

Os TCPs Informais ainda indicam que a capacidade de omissão de encargos que possuem enquanto comerciantes não legalizados é estratégica, pois, declaram eles, é possível praticar preços mais acessíveis e consequentemente obter lucros mais elevados. Com isto, estes entrevistados vislumbram um posicionamento vantajoso na condição em que se encontram em termos de não pagamento de impostos, sobretudo, sendo citada 8 vezes esta motivação pelos trabalhadores. Com isto, não pagam ICMS, IPI, Contribuição Social, Previdência, INSS.

Os entrevistados deixam clara a falta de domínio nos assuntos relacionados à política pública MEI. Os custos para a formalização estão entre os valores R\$ 47,85, R\$51,85 ou R\$ 52,85, a depender do ramo de atividade. Os trabalhadores inclusos nesta modalidade são isentos de impostos e tem direitos, tais como aposentadoria e afastamento em caso de doença. A não formalização é destacada por Miranda *et al.* (2011) como prejudicial para o ator que a pratica. A curto prazo, há o efeito ilusório de resultados vantajosos. No entanto, a longo prazo não é possível notar desenvolvimento e consolidação de tais benefícios.

O grupo de TCP Formais não citam fatores como custo elevado como sendo desvantagens de seus negócios legalizados. Os resultados indicam, ao contrário, elementos de satisfação por estarem atuando na legalidade, como acesso a linhas de crédito das instituições financeiras, não sendo preciso recorrer à agiotagem e segurança em termos de aposentadoria. A redução de tributos é citada por um dos TCP Formais como vantagem de ser um MEI.

Estes trabalhadores visualizam ainda a dimensão ‘[...] estar amparado pela Lei e de acordo com o governo.’. Esta declaração de um dos entrevistados denota preocupação social e indica que o entrevistado se enxerga como um ator inserido em um corpo social, que possui direitos e obrigações, cujos vínculos institucionais estão além de seus interesses pessoais. Houve ampliação das possibilidades de compra das mercadorias para revenda, que antes da legalização se restringia às fronteiras da Bolívia, declara um dos TCP Formais. Hoje a parceria com fornecedores do sul e sudeste do Brasil é uma realidade, uma vez que é possível a emissão de notas fiscais.

Os TCP Formais e os TCP Informais co-existem no Camelódromo de Porto Velho – RO e possuem vivências e modos de vida que os levam a pertencer a grupos diferenciados e a se visualizarem como empreendedores em diferentes níveis. A percepção destes dois grupos demonstrou grau de empreendedorismo inferior no grupo dos TCP Informais (79,59 – nível moderado) em contraponto aos TCP Formais (83,09 – nível substancial). O cálculo do nível de empreendedorismo geral do Camelódromo ficou em torno de 78,77 (nível moderado). Esta constatação evidencia que os trabalhadores informais puxam o nível empreendedor do Camelódromo para graus inferiores.

## 5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa foi realizada objetivando verificar quais são as motivações para a informalidade considerando o nível empreendedor dos Trabalhadores por Conta Própria – TCPs do Camelódromo de Porto Velho-RO, a partir da percepção destes TCPs.

Os trabalhadores do Camelódromo de Porto Velho possuem as características empreendedoras em nível moderado, onde os TCPs formalizados possuem um nível de empreendedorismo superior aos dos TCPs informalizados. Contudo observou-se que a ação de empreender junto aos atores está diretamente ligada à necessidade, se manifestando na figura que Dolabela chama de empreendedor por necessidade.

Os TCPs do Camelódromo estão inseridos em dois grupos, sendo: os formais e os informais, onde estes últimos, em sua maioria, estão aptos a deixar o estado da ilegalidade e adentrar a formalidade através da figura do Micro Empreendedor Individual – MEI, considerando que é a figura que mais se ajusta a realidade desse tipo de trabalhador.

O grupo de TCPs formalizados descreveu as vantagens de estar inserido dentro da legalidade, enquanto o outro grupo demonstrou que o principal fator responsável por ainda estar na informalidade é a desinformação e o desconhecimento acerca da legislação vigente, dos órgãos de apoio e de programas de governo. A falta de informação por parte destes atores é um fator que dissemina uma série de outros elementos negativos, visto que os entrevistados informais não sabiam da acessibilidade e fantasiavam um procedimento extremamente burocrático e inacessível para a sua realidade, desconhecendo ainda os benefícios que a formalidade pode trazer aos seus empreendimentos.

O desconhecimento da realidade e dos benefícios legais demonstra ainda que não há diálogo entre os TCPs formais e informais, os quais estão inseridos no mesmo espaço físico, porém não compartilhando das experiências positivas relacionadas aos benefícios da formalidade.

Observa-se que os programas de governo entendem que os trabalhadores com as características empreendedoras são um grande ponto positivo para a economia, pois além de driblar o desemprego e a crise de forma criativa ainda geram renda e são passíveis de pagamento de tributos, estes que por sua vez podem ser revertidos em melhorias e aplicação em programas de governo.

Como limitações de pesquisa o fator mais expressivo é o medo demonstrado por parte dos trabalhadores informais entrevistados no sentido de expressar sentimentos em sua plenitude com medo de uma possível repressão fiscal, o que reforça mais uma vez a desinformação e o desconhecimento da realidade criada para tirá-los do estado informal.

Espera-se que o resultado da pesquisa sirva de incentivo para que os órgãos públicos adotem estratégias buscando reverter o quadro de informalidade, enxergando que o acesso à informação ainda é precário e inacessível para muitos, mesmo com os avanços e programas criados pelos governos.

Os resultados da presente pesquisa abrem um leque para que outras sejam realizadas no mesmo seguimento. Como sugestão para estudos futuros a realização em âmbito municipal ou estadual demonstrará um diagnóstico apurado acerca da problemática abordada.

## REFERÊNCIAS

- BACKER, Paul de. **Gestão ambiental: A administração verde**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1995.
- BARROS, F. S. O.; FIÚSA, J. L. A.; IPIRANGA, A. S. R.; **O empreendedorismo como estratégia emergente de gestão: histórias de sucesso**.in: 3º encontro de estudos organizacionais da anpad -eneo (2004: atibaia -sp). anais.atibaia anpad, 2004.
- BRADIN. L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 1977.
- BRASIL, **Lei Complementar nº 128/08, de 19 de dezembro de 2008**. Institui o Micro Empreendedor Individual. Disponível em: [www.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/](http://www.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/)> Acessado em: 16 jan. 2017.
- CACCIAMALI, M. C. **A economia informal, 20 anos depois**. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre: FEE, v.21, n.4, p.217-232, 1994.
- CANTILLON, R. **The entrepreneur – mainstream views & radical critiques**. New York: Praeger, 1988.
- CERVO, E T AL. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Pretice Hall, 2007.
- DOLABELA, F. C. C. O. **Segredo de Luísa: Uma idéia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa**. São Paulo: Cultura, 1999.
- DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.
- **Empreendedorismo na prática: Mitos e verdades do empreendedor de sucesso**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- ERNST E YOUNG. **Nature or nurture?** Decoding the DNA of the entrepreneur 2011–2012, World Finance e view , Sept. 2011.
- FILION, LOUIS J. **O Planejamento do seu sistema de aprendizagem empresarial: Identifique uma visão e avalie o seu sistema de relações**. RAE – Revista de Administração de Empresas, FGV, São Paulo, julho/setembro 1991, Vol. 31.
- GEM – Global Entrepreneurship Monitor, 2015, GEM. **Key Indicators 2001 – 2014**, out. 2015.
- GIL, A. C. **Métodos e técnica de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: 2008.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)** <Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?id\\_pesquisa=40](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40). Acesso em : 14 jan 2017.
- LORENA. H. **O Trabalhador por conta própria no Brasil**, 2013.
- MARIA, J. P.; SOUZA, A. C. **Micro Empresário Individual – Empreendedorismo e realidade administrativa atual**. Disponível em:

<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/2346/1/Jeferson%20Przyvitowski%20Maria.pdf> Acesso em 11/03/2017.

MIRANDA, L.C.; KATAOKA, S.S.; DOS SANTOS, J.; SILVEIRA, G.M.C. Da Mesopotâmia às Tapioqueiras de Olinda: o pensamento contábil se revela. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**. v. 5, n. 3, art. 2, p. 24-47. set/dez. 2011.

PIETROBON, V.; OKAMOTO, P. **Cartilha do Empreendedor Individual**. 2009.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. Disponível em < <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/> > Acesso em: 14 jan. 2017.

PRANDI, R. **O trabalho por conta própria sob o capitalismo**. São Paulo: Símbolo, 1978.

SANCHES, CIDA ET AL. **Análise qualitativa por meio da lógica paraconsciente**: método de interpretação e síntese de informação obtida por Escalas Likert. III Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, João Pessoa, PB, 20-22 nov., 2011.

SEBRAE. **Histórias de horizontes fora da informalidade**. 2013a. Disponível em: <[www.sebrae.com.br](http://www.sebrae.com.br)>. Acesso em: 09 jan. 2017. Perfil do Micro Empreendedor Individual. 2015. \_\_\_\_\_ **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas**. Disponível em: <[www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/](http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/)>. Perfil Nacional. Acesso: 09 jan. 2017

SIMON, H. A. **Comportamento administrativo**: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas (3. ed.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979.

TIMMONS, J. A. **New venture creation**: entrepreneurship for the 21st century. Boston: Irwin, 1994.

VÉRAS, G. Como ser empresário. **Revista Jovem Empreendedor**, 1999.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

ZAMPIER, M. A.; TAKAHASHI, A. R. W. **Competências empreendedoras e processos de aprendizagem empreendedora**: modelo conceitual de pesquisa. In. Cad. EBAPE. BR, vol. 9 n. 1, Rio de Janeiro, 2011.